

16.junho.2015 – 18h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidades:

Unidades de investigação:

Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento - CeIED – da Universidade Lusófona

Professor Doutor Mário Moutinho – Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Professora Doutora Ana Benavente – Comissão Coordenadora da unidade CeIED

Professor Doutor Óscar de Sousa – Comissão Coordenadora da unidade CeIED

Grupo de Investigação em Recursos Marinhos - GIRM

Professor Doutor Rui Pedrosa – Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Leiria

Grupo de Trabalho da Ciência

Deputados: Elza Pais (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho), Nilza de Sena (PSD), Inês Medeiros (PS) e Agostinho Santa (PS).

Assunto:

Política de financiamento e a avaliação das unidades de investigação.

Exposição: A Deputada Elza Pais (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho), agradeceu a disponibilidade das entidades, indicou o objetivo das audições a unidades de investigação e informou que tinha sido escolhida a primeira classificada de cada grau de classificação, tendo referido que no processo de avaliação desenvolvido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), o Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento /CeIED tinha obtido a classificação de razoável e o Grupo de Investigação em Recursos Marinhos/GITM a classificação de fraca.

O Reitor da Universidade Lusófona, também investigador do CeIED, tendo presente a avaliação da unidade, fez uma comunicação em que referiu, em síntese, o seguinte:

1. Contestam o processo de avaliação;
2. Na 1.^a fase da avaliação tiveram excelente, com 17,7 ou seja, Excelente e na 2.^a fase satisfaz, tendo sido diferentes os pareceres dos 3 avaliadores;
3. Na 2.^a fase houve uma visita à unidade e não foram tidos em conta vários aspetos, utilizando o respetivo relatório 22 vezes a palavra “parece” e afirmações não fundamentadas;
4. Reclamaram da avaliação, tendo a respetiva análise sido feita pelo próprio painel, que manteve a classificação;

5. No relatório foi indicado, nomeadamente, que o Centro não tinha ambição a nível de produção científica e de conhecimento e considerado que a revista que produziam era medíocre, tendo o Reitor da Universidade contestado estas apreciações com base na situação concreta;
6. Foi desclassificada a escola doutoral, quando esta tem 3 doutoramentos e metade dos doutorandos são estrangeiros, vários com bolsas, da responsabilidade da Universidade e da FCT;
7. O avaliador referiu que o Centro não conseguia atrair financiamento ou isso não era claro, quando o Centro tinha disponibilizado a documentação respeitante aos financiamentos respetivos, resultantes, nomeadamente da participação em projetos internacionais;
8. O painel não tinha lido a documentação entregue (referindo que não fazia parte das suas obrigações) e só se tinha disponibilizado para visitar um laboratório, tendo demonstrado e reconhecido não estar familiarizado com os termos técnicos inerentes, nomeadamente, desenvolvimento sustentado, sociologia pública e espaço lusófono;
9. Acrescentou que têm vários filmes produzidos, 1 livro e 2 teses de doutoramento;
10. A avaliação desvalorizou o plano estratégico do Centro;
11. Realçou ainda o facto de serem uma universidade privada sem fins lucrativos e contrapôs o exemplo de universidades americanas com fins lucrativos e vários efeitos nefastos, que pretendem instalar-se em Portugal;
12. A avaliação é um direito e tem consequências sérias, como a falta de financiamento e outros efeitos nefastos.

O Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Leiria e anteriormente coordenador do GIRM, tendo presente a avaliação da unidade, referiu o seguinte:

1. A unidade é pequena, aquando da avaliação tinha 14 doutores e foi constituída em 2007;
2. Está focada na ciência e tecnologia do mar e trabalha maioritariamente em investigação aplicada;
3. Anteriormente tinham tido a classificação de satisfaz, que era adequada à sua fase inicial;
4. De 2008 a 2013 tiveram um crescimento notável, 65 projetos aprovados, nacionais e internacionais, voltados para o tecido empresarial, 70% realizados com empresas, sendo muitas pequenas e médias, que justifica uma nova infraestrutura em Peniche, recentemente construída e inaugurada em julho, reconhecida pela FCT e dedicada à investigação;
5. Na área de ciência e tecnologia lideram a maioria dos indicadores bibliométricos na área do mar;
6. A avaliação tem em conta 4 critérios: Histórico, em que foi avaliada a sua produção de 2008 a 2012 e obtiveram a classificação de 4, Muito Bom; Capacidade da Equipa, mérito dos investigadores, em que tiveram a classificação de Bom; Plano Estratégico, o que se propunham fazer até 2020, em que foram classificados com 2, não sendo levada em conta a criação de valor; Financiamento solicitado, harmonizado com o plano estratégico, em que tiveram a classificação de 2.
7. A investigação aplicada não foi valorizada, bem como a infraestrutura existente, não tendo o mar sido visto como estratégico;
8. Não obstante a classificação obtida nos 4 itens, tiveram a classificação final de 2, fraco;
9. Contestaram a nível da audiência prévia e no final, em sede de recurso, não tendo sido atendidos;

10. O discurso político a favor da investigação aplicada não tinha tido valorização correspondente no âmbito da avaliação;
11. Realçou ainda a desadequação da falta de visita às unidades na 1.ª fase da avaliação, que abrangeu mais de 50% das unidades avaliadas;
12. E o facto de na fase final se terem utilizado critérios cegos de aplicação de financiamento, que geraram diversidade de tratamento em várias unidades e injustiças muito graves;
13. A avaliação de fraca penaliza muito a entidade e embora não precisem absolutamente do financiamento da FCT, necessitam da avaliação, para serem competitivos na concorrência internacional, realçando que a avaliação atual denegria a entidade a nível internacional.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) retirou-se, por motivos de forte indisposição, durante esta intervenção.

A Deputada Elza Pais (PS) realçou a insatisfação generalizada das unidades de investigação em relação à avaliação, mesmo as que tinham tido boa avaliação e realçou como elementos de desagrado, nomeadamente, a junção da avaliação e do financiamento e a existência de uma quota limite de financiamento.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) retirou-se, por motivos de forte indisposição, durante esta intervenção.

De seguida, interveio a Deputada Inês de Medeiros (PS), que colocou variadas questões ao CeIED, incluindo algumas que constavam dos apontamentos deixados pela Deputada Nilza de Sena (PSD). Assim, perguntou se lhes tinha sido apresentada uma razão para a diferença de avaliação entre a 1.ª e a 2.ª fase, se teria sido pela visita, se teria a ver com a utilização da língua portuguesa e não com a inglesa, se tinham recorrido da avaliação e quais as consequências práticas da mesma, para além da questão financeira.

Discordou ainda do facto de a avaliação ser utilizada como ferramenta de financiamento e questionou as avaliações para além do impacto financeiro e que estratégia subsequente iam adotar para minimizar as consequências da avaliação

Em relação ao GIRM, realçou o facto de terem sido penalizados não obstante não serem de Humanidades e colocou várias questões, a saber, qual o impacto da avaliação da entidade na sua atividade, nomeadamente a nível regional, como avaliavam a transparência do processo, a qualidade dos painéis e se reconheciam competência e crédito à *European Science Foundation* (ESF) para realizar a avaliação e como ponderavam atrair outras formas de financiamento. Realçou ainda a crítica feita de só ter havido visita na 2.ª fase e apenas para as unidades que tinham passado à mesma.

O Deputado Agostinho Santa (PS) referiu que a avaliação e os avaliadores deviam conhecer e levar em conta os contextos, questionando se entendiam que isso se tinha verificado. Colocou depois várias questões, a saber, se a avaliação tinha sido feita com base em entrevista e análise de documentação ou com outras metodologias e se os critérios de avaliação tinham tido uma explicitação conhecida (considerando que a avaliação morria quando não era reconhecida e respeitada) e a avaliação tornava perceptível o percurso avaliativo.

A Deputada Elza Pais (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho) considerou que deveria ser reponderada a ligação da avaliação com o financiamento, questionou a separação entre a investigação aplicada e a fundamental, realçando que o GIRM estava na área da primeira e perguntou como tinham sido envolvidos e se tinha havido um diálogo entre os avaliadores e os avaliados.

Os representantes das 2 unidades pronunciaram-se depois, na sequência das questões colocadas e das observações feitas.

Os representantes do CeiED, indicaram, em síntese, o seguinte:

1. O processo decorreu sem transparência e com as regras alteradas ao longo do mesmo;
2. Apresentaram recurso de todas as fases em que isso era possível e pediram para serem recebidos pela FCT, o que não se tinha concretizado, tendo enfatizado que outras unidades tinham sido recebidas, não se conhecendo os critérios aplicados;
3. Na 1.^a e na 2.^a fase tiveram avaliações díspares, sem fundamento;
4. Os avaliadores não conheciam o contexto e o trabalho da entidade e não quiseram ouvir muita coisa, tendo tido uma relação inadequada com os avaliados;
5. As consequências da avaliação são muito negativas, nomeadamente, em termos de coordenação e participação em parcerias internacionais, sendo a Alemanha, a Holanda e o Reino Unido beneficiados nos projetos internacionais;
6. No último recurso pediram um novo painel e aguardam a resposta;
7. Nos momentos de crise e austeridade as Ciências Sociais e Humanas são menos valorizadas, porque menos rentáveis, tendo realçado que estava em criação um movimento para juntar as unidades de Ciências Exatas àquelas, para encontrarem críticas comuns e mais forças;
8. A avaliação deixa Portugal em má situação a nível europeu e internacional.

O representante do GIRM, indicou, em síntese, o seguinte:

1. O processo não foi transparente e não estavam definidos nem eram conhecidos, os patamares dos vários níveis de avaliação, por exemplo, a nível da produção científica;
2. Foi centralizado todo o processo numa única instituição, num grupo restrito, a *European Science Foundation* (ESF), com participação nos painéis de investigadores portugueses de várias áreas, questionando a parcialidade do mesmo e defendendo uma avaliação com painéis constituídos por avaliadores de vários países;
3. Pela sua análise, não se terá verificado favorecimento das unidades de investigação aplicada em relação às das Ciências Sociais e Humanas;
4. A unidade tem uma rede nacional e internacional e entretanto foram convidados pela unidade melhor classificada da área a trabalharem com eles, como pólo com autonomia financeira e científica e ponderaram aceitar, para poderem ter uma participação em projetos internacionais;
5. A classificação negativa da unidade penaliza-os na participação em projetos internacionais e mesmo nacionais e também quando os seus investigadores concorrem, nomeadamente para bolsas de doutoramento;
6. Em termos de impacto na economia, referiu que o resultado da avaliação não chegava às pequenas e médias empresas, o que era conhecido no terreno eram os casos de sucesso.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Deputada Inês de Medeiros (PS) questionou ainda às 2 unidades como é que entendiam que se podia separar a avaliação das unidades e a avaliação dos respetivos projetos, planos estratégicos.

O representante do GIRM referiu que a avaliação, em relação a avaliações anteriores, tinha correspondido a uma situação de crescimento negativo e realçou que tinha sido introduzida muita subjetividade, com a avaliação do plano estratégico, quando anteriormente se avaliava essencialmente a produção, tendo considerado que devia desaparecer o elemento subjetivo.

A Deputada Elza Pais (PS) agradeceu a análise e contributos transmitidos e referiu que os Deputados lhe dariam a sequência que entendessem adequada em termos políticos, nomeadamente para futuros processos de avaliação, para esta ser rigorosa e que o PS iria ponderar a apresentação de um Projeto de Resolução, com recomendações.

A documentação da audição conjunta das 2 entidades e a gravação encontram-se disponíveis na página da Comissão, na *internet*, em audições [CeIED](#) e [GIRM](#).

Palácio de São Bento, 16 de junho de 2015

A assessora
Teresa Fernandes